

PUBLICAÇÃO MENSAL

2^{Ano}
013

Nº 10 OUTUBRO
ANO XXIX

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Neste Número

Jornadas de Estudos NDJ de Direito Administrativo

Evolução do DIREITO ADMINISTRATIVO

EDITORAS **NDJ** LTDA.
NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO

SUMÁRIO

DOUTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO (Odete Medauar)	1071
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DAS REGIÕES METROPOLITANAS (Mariana Mencio)	1085
HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEA E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (Lucio Feres da Silva Telles)	1109
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (FNS) – Tomada de Contas Especial (TCE) – Aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) geridos por entidade privada sem fins lucrativos – Supostos pagamentos irregulares e contabilização de receitas em valores inferiores aos efetivamente recebidos – Alegações de defesa aptas a afastar as irregularidades – Elisão do débito – Exclusão das responsabilidades (TCU)	1124

PROFESSOR – Atribuições do coordenador e assessor pedagógico – Tarefas ligadas à ciência da educação e aos métodos de ensino – Impossibilidade de elencá-las taxativamente – Funções de magistério – ADIn. n° 3.772/STF – Aposentadoria especial – Concessão aos docentes que ministram aulas de reforço, bordado, pintura ou teatro, desde que estas integrem o planejamento ou a grade escolar da instituição de educação infantil ou básica, e aos professores de creches e entidades afins (TCMG)	1131
---	------

JURISPRUDÊNCIA

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – Aplicação de multa – Gestor público – Pró-reitor de administração de fundação universidade federal – Suposta omissão culposa no controle de horário e frequência dos servidores médicos vinculados ao hospital universitário – Não ocorrência – Incumbência das chefias imediatas em relação aos seus subordinados – Sanção pecuniária afastada (STF)	1135
---	------

TAXA JUDICIÁRIA – Propositura de ações civis públicas ou de ações coletivas – Pretensa isenção – Extensão da regra contida no art. 18 da Lei nº 7.347/1985 e no art. 87 do CDC – Admissibilidade, mesmo inexistindo previsão no Código Tributário do Estado-membro – Espécie do gênero “custas judiciais” – Impossibilidade do “adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas” (STJ)	1140
--	------

continua...

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Responsabilidade subjetiva – Professora – Agressão desferida por aluno portador de necessidades especiais (autismo) – Limitações funcionais de caráter permanente, notadamente oftalmológicas – Poder Público que não ofereceu condições adequadas ao exercício do magistério – <i>Faute du service</i> – Nexo de causalidade comprovado – Danos morais – Razoabilidade e proporcionalidade do <i>quantum</i> – Pretensa percepção de pensamento vitalício – Não cabimento – Idêntica natureza jurídica da já concedida aposentadoria por invalidez acidentária (TJDFT)	1144
MEIO AMBIENTE – Crimes contra a Administração Ambiental – Art. 68 da Lei nº 9.605/1998 – Desmate em área permitida sem a devida autorização do órgão competente – Sujeito ativo – Infração que pode ser cometida por qualquer pessoa, e não apenas por agente público – Delito de mera conduta – Insignificância não configurada – Considerável área atingida – Não caracterização de inépcia da denúncia – Infração não apenas administrativa, mas também de caráter penal (TJMT)	1154
POLUIÇÃO SONORA – <i>Buffet</i> – Promoção de eventos – Impacto ambiental – Comprovação documental e testemunhal – Desnecessidade de perícia – Apresentação “ao vivo” de bandas musicais – Determinação da instalação de isolamento acústico – Emissão de som mecânico – Observância aos limites legais – Estabelecimento que, ademais, não possuía licença ambiental – Aplicação de multa diária em caso de descumprimento (TJRJN)	1160
POLICIAL MILITAR – Incorporação do Adicional de Local de Exercício (ALE) aos vencimentos – Admissibilidade – Verba paga a toda a categoria e que passou, inclusive, a ser reconhecida expressamente por lei aos inativos e pensionistas – Natureza distinta da gratificação – Grau do benefício a ser concedido que deve levar em conta o Município no qual o agente exerce a atividade (TJSP)	1165

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL